

Alfabetização e tecnologias da informação e comunicação para currículo democrático e inclusivo

Cláudia Justus Tôres Pereira¹

Nair F. Gurgel do Amaral²

José Lucas Pedreira Bueno³

Resumo

A alfabetização, hoje, é compreendida para além da fase de escolarização na qual os sujeitos se apropriam dos conhecimentos da leitura e da escrita e tornam-se competentes para utilizá-los no cotidiano, lendo o mundo ao redor. No entanto, ainda é tema frequente nos debates acadêmicos da área de educação, pois se percebe o fracasso escolar dos estudantes tidos como alfabetizados no que tange a capacidade de utilizar os conhecimentos aprendidos nesta etapa escolar. Neste cenário, destaca-se a questão se a metodologia e os recursos utilizados pela maioria dos professores de alfabetização não estão atendendo a necessidade de desenvolver leitores e escritores críticos e participativos, frente ao universo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que organizaram grande parte das atividades de nossa sociedade. As práticas educativas repetitivas, mecânicas, de aplicação social restrita e sem significados para os estudantes têm gerado um aprendizado de habilidades automatizadas e descontextualizadas das atuais demandas sociais. Este aprendizado não possibilita o desenvolvimento de pessoas críticas, capazes de lutar contra os discursos ideológicos das classes dominantes. As TIC surgem como meios para dinamizar a prática alfabetizadora, trazendo essa realidade para o contexto escolar. Desta forma, o presente trabalho busca refletir sobre como as TIC podem contribuir para uma prática docente alfabetizadora democrática, para transformar a alfabetização em um momento de aprendizagem de habilidades e competências necessárias para o educando ser considerado um sujeito letrado e agente em seu meio sociocultural.

Palavras chave: Alfabetização. Tecnologias de informação e comunicação. Inclusão. Currículo.

1 Introdução

A educação é um instrumento cultural que oportuniza ao homem condições de desenvolvimento e evolução e tem como objetivo auxiliá-lo em seu processo de humanização. Este processo de se tornar homem acontece por meio da convivência social, onde as aprendizagens se efetivam nas relações sociais e multiculturais, pois:

[...] nenhum indivíduo nasce homem, mas constitui-se e se produz como tal, dentro do projeto de humanidade do seu grupo social, num processo contínuo de passagem da natureza para a cultura, ou seja, cada indivíduo, ao nascer, vai sendo construído e vai se construindo enquanto ser humano. [...] São as macroestruturas que vão apontar, a princípio, um leque mais ou menos definido de opções em relação a

¹ Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia/ UNIR (Campus Vilhena). caujtpereira@gmail.com.

² Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Rondônia. nairgurgel@uol.com.br.

³ Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal de Rondônia. lucas@unir.br.

um destino social, seus padrões de comportamento, seu nível de acesso aos bens culturais (DAYRELL, 1996, p. 141).

Nessa perspectiva, as interações dos sujeitos na vida social cotidiana são diferentes e, por conseguinte, os sujeitos são também diferentes. “Apresentam valores, concepções, jeitos e trejeitos específicos, gostos variados por vestimentas, alimentos, músicas, gírias que marcam um estilo próprio e identificam suas idiossincrasias” (AMARAL, 2009, p. 37).

A escola é um espaço rico de diversidade cultural e precisa compreender seus sujeitos sob o olhar do multiculturalismo, viés que pode conduzir as práticas pedagógicas por um caminho democrático e equânime.

Nesse sentido, novas metodologias de ensino precisam ser incorporadas à prática docente dos educadores para tornar o processo de ensino aprendizagem um ato inclusivo. Para tanto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tornam-se instrumentos significativos para tais transformações, pois são recursos que permitem um trabalho coletivo, lúdico, atrativo e integrador.

Diante deste cenário, as discussões sobre a necessidade de transformar a prática educativa excludente em uma prática includente compõem seminários, debates, encontros e pesquisas na área da educação. Considera-se imprescindível refletir sobre tais transformações e especialmente sobre a alfabetização que é um dos momento mais importantes na formação escolar de uma pessoa, pois é nesta fase de escolarização que o sujeito se descobre capaz de realizar os diversos tipos de leitura de mundo, fazendo escolhas e sendo protagonista de seu projeto de futuro.

Alfabetizar é possibilitar à pessoa o domínio do mundo. É por meio da alfabetização que o sujeito se liberta das vendas que o impedem de enxergar os “dizeres” que circulam à sociedade. Quando falamos em dizeres nos referimos aos variados discursos escritos e orais que permitem aos sujeitos sociais comunicar-se, interagir e construir-se.

E é na alfabetização que os sujeitos aprendem a linguagem escrita, ferramenta indispensável e fundamental para a conquista dos direitos de cidadãos em uma sociedade globalizada, grafocêntrica e tecnologicamente evoluída. Para tanto, a alfabetização precisa romper com práticas alienantes e tornar-se uma “proposta de alfabetização onde a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 2005, p. 20).

Pensando dessa forma, admitimos que o discurso freireano sobre leitura tenha de continuar e ser colocado em prática sempre e ininterruptamente. Há que se mudar o quadro atual, principalmente quando a leitura envolve processos de letramento, incluindo as mídias e as novas tecnologias de informação e comunicação.

[...] a circulação de informações por meio das tecnologias inerentes à internet demandam práticas complexas de letramento para muito além de uma simples alfabetização digital, vista aqui como um ritual de iniciação. Tais práticas, por sua vez, exigem não apenas a posse, o aluguel ou o empréstimo de um computador (atualizado e de boa geração, diga-se), mas também a hospedagem num provedor (o que geralmente custa), além do domínio de programas (pelo menos os básicos, de acesso e comunicação a distância, síncronas e assíncronas), daí o risco de uma subclasse de pessoas, sem poder aquisitivo e/ou sem preparo educacional, ficar deixada à margem do vertiginoso turbilhão digital (SILVA, 2004. p. 30).

Sem os materiais adequados, que não estejam de acordo com a realidade dos estudantes, a leitura se transforma numa mera artificialidade sem sentido. Para Silva (2003, p.57), vista por esse ângulo: “A leitura se transforma numa rotina estafante, muitas vezes sem pé nem cabeça, para quem a produz, servindo a propósitos outros que não a produção de sentidos para os textos”.

A alfabetização é, portanto, um ato político, pois permite ao sujeito o domínio da linguagem escrita e sua utilização no cotidiano social enquanto recurso de sua prática social. Ao dominar a linguagem que também é instrumento de poder, ele pode comunicar seus propósitos, ter acesso a informações, desfrutar da literatura, adquirir conhecimentos específicos e posicionar-se frente às ideologias dominantes e opressoras e lutar por uma sociedade inclusiva e democrática.

2 Transformações, evoluções e novos entendimentos sobre o conceito de alfabetização

A alfabetização não pode ser considerada um estado em si mesma, mas um processo que tem início muito cedo e não termina nunca, porque sempre haverá novos gêneros, discursos e possibilidades de expressão a serem conhecidas e utilizadas socialmente. Sabemos hoje que é fundamental entender o nível de conscientização da criança sobre a escrita. Ignorar que ela pensa e que tem condições de escrever desde

muito cedo é um retrocesso. Por isso, a pertinência da abordagem desta questão, a fim de que se possa vislumbrar os percursos do tema.

A fase da escolarização que permite aos sujeitos dominarem conhecimentos e saberes para atuarem no contexto social em busca da garantia de seus direitos de cidadãos que vão, desde a possibilidade de adquirir autonomia em situações cotidianas, como pegar um ônibus para determinado local até a leitura e produção de obras escritas com registros históricos e ou assuntos da atualidade é a alfabetização. É possível referendar este posicionamento, porque:

[...] assim como a invenção da escrita foi o momento mais importante da História da Humanidade, pois somente por meio dos registros escritos o saber acumulado pela humanidade pode ser controlado pelos indivíduos. Deve-se a esse saber acumulado pela escrita o fato de termos chegado aos meios atuais de registro e manipulação de dados, como gravadores, vídeos-cassetes e computadores (CAGLIARI, 2000, p. 10).

Dominar o saber, a linguagem, a escrita significa ter acesso a uma das maiores fontes de poder na sociedade. Este acesso foi por muito tempo um privilégio e, servindo-se de Cagliari (2000, p. 10), aponta-se um questionamento: “Por que todos os indivíduos não passaram a ser alfabetizados desde o momento em que se inventou a escrita?” Porque oportunidades iguais representariam condições iguais e tais igualdades não permitiriam o domínio de uns sobre os outros.

Compreender a escola como um espaço que reforça estas desigualdades sociais, ratificando as forças de poder e de alienação constituídas por meio de um processo de ensino aprendizagem excludente, que nega conhecimentos e trata os diferentes com diferença e não diferentes é condição indispensável aos alfabetizadores que buscam uma prática docente libertadora. A consciência da existência de uma pedagogia dominante e a reflexão sobre sua docência ou o exercício da práxis aponta caminhos para uma transformação consciente de atuação pedagógica em que:

[...] a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FREIRE, 2005, p. 7).

Tornar a alfabetização um momento de conquista do universo vocabular é oportunizar ao alfabetizando “o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever

a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existir-se, historicizar-se” (FREIRE, 2005, p.8).

Porém, esta compreensão sobre alfabetização enquanto ato político e libertador nem sempre esteve presente no ideário teórico dos pesquisadores da educação e, especificamente dos pesquisadores alfabetizadores. Como tantos outros conceitos, o de alfabetização transformou-se e modificou-se ao longo da história.

Uma abordagem histórica sobre o conceito de alfabetização bem como sua evolução se faz necessária uma vez que permitirá a compreensão dos diversos significados de sujeito alfabetizado que, por sua vez, relacionar-se-á com o contexto sociocultural dos diferentes períodos históricos.

Para Cagliari, (1998, p.13-14):

[...] quem inventou a escrita foi a leitura: um dia, numa caverna, o homem começou a desenhar e encheu as paredes com figuras, representando animais, pessoas, objetos e cenas do cotidiano. Certo dia, recebeu a visita de alguns amigos que moravam próximo e foi interrogado a respeito dos desenhos. Queriam saber o que representavam aquelas figuras e por que ele as tinha pintado nas paredes. Naquele momento, o artista começou a explicar os nomes das figuras e a relatar os fatos que os desenhos representavam. Depois, à noite, ficou pensando no que tinha acontecido e acabou descobrindo que podia “ler” os desenhos que tinha feito. Ou seja, os desenhos, além de representar objetos da vida real, podiam servir também para representar palavras que, por sua vez se referiam a esses mesmos objetos e fatos na linguagem oral.

Provavelmente, os fatos reais que fundamentaram a origem da escrita podem não corresponder à história contada pelo autor, porém “a necessidade de um sistema de escrita veio de situações vividas no cotidiano como a descrita acima” (CAGLIARI, 1998, p. 20).

A escrita surgiu a partir de contagem feita com marcas em ossos e usado para contar animais de pasto. Nessa época, ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los, repetindo um modelo mais ou menos padronizado (CAGLIARI, 1998, p.14).

Na Antiguidade, os alunos se alfabetizavam ao aprender a ler algo já escrito e depois copiando textos famosos para depois escrever seus próprios textos. Muitas pessoas aprendiam a ler sem ir à escola (já que a escola, enquanto instituição que conhecemos é recente, datando sua origem no final do Século XVIII), até que o ensino

da leitura e escrita passou a ser sistematizado na fase inicial de escolarização de crianças, ou alfabetização, como esse processo passou a ser consolidado e universalizado, entre nós, a partir do início do Século XX (CAGLIARI, 1998, p.15).

A história da alfabetização no Brasil conforme mostra Cagliari (1998, p. 21) perpassa épocas que vão desde a primitiva, quando ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos escritos nas cavernas significavam e ser capaz de escrevê-los repetindo um modelo mais ou menos padronizado até o uso de cartilhas que surgiram com o advento da imprensa, fato que despertou uma preocupação com a alfabetização por parte dos gramáticos. Ensinar a ler e escrever ou decodificar o sistema ortográfico se desenvolvia a partir de períodos preparatórios com o objetivo:

[...] de prevenir as inevitáveis diferenças individuais na aprendizagem inicial da leitura e da escrita e evitar os eventuais fracassos. Elegiam-se um conjunto de pré-requisitos para uma alfabetização bem sucedida, privilegiando-se principalmente uma maturidade dos aspectos perceptuais e motores aliada a um domínio da linguagem oral, sucedida de estudos em lições baseadas em famílias de sílabas em ordem crescente de dificuldade. A leitura também ia sendo programada de maneira a ter dificuldades crescentes. De maneira cumulativa e repetitiva (REGO, 2014, p.1).

Com os estudos das teorias psicogenéticas, sociolinguísticas e psicolinguísticas novas concepções sobre alfabetização ganharam destaque e reconhecimento, influenciando, principalmente, a condução do processo educativo e a metodologia utilizada. Alfabetizar, portanto, passou a ser bem mais que dominar o sistema alfabético e ortográfico, podendo ser entendida como a capacidade da pessoa compreender o funcionamento dos sistemas alfabéticos de escrita e de saber utilizá-lo em situações reais de comunicação escrita.

Nesta perspectiva, apresentamos o conceito de letramento para complementar e esclarecer o novo entendimento sobre alfabetização e as implicações que este novo jeito de compreendê-la influencia as práticas educativas dos professores e o processo de construção do conhecimento.

O termo letramento surgiu em meados da década de 1970, nos discursos dos linguistas, oriunda da literatura inglesa "literacy" e apresentando uma diferenciação entre "escrita", "alfabetização" e "letramento". O termo foi usado pela primeira vez no Brasil, em 1986, por Mary Kato no livro: *“No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”*. Depois disso, passou a ser um referencial nos discursos educacionais,

tendo em vista novas perspectivas nas práticas sociais da leitura e escrita (SOARES, 2004, p. 8). Magda Soares (1999, p. 18) define letramento como “o ‘estado’ ou a ‘condição’ que o indivíduo ou o grupo social passam ter, sob o impacto da aquisição da ‘tecnologia’ do ler e escrever, para se envolver nas práticas sociais de leitura e de escrita”. Na ação de ensinar a ler e escrever, capacita-se o indivíduo para usar as habilidades sociais e contemporâneas para escrever vários tipos de textos, relacioná-los e interpretá-los. Ainda, segundo Soares, valoriza-se o conjunto de práticas sociais, explorando a tecnologia instrumental.

Assim, alfabetização e letramento passaram a caminhar lado a lado e são importantes nos processos educativos de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Temos entendimento claro de seus significados, diferenças e relações. Entre o porquê de saber ler e escrever, que precisa ultrapassar o entendimento de decodificação de símbolos gráficos e alcançar a compreensão de que a leitura e a escrita, utilizadas no cotidiano da vida, de forma crítica é instrumento de libertação do sujeito do domínio ideológico das classes dominantes, até a aquisição de autonomia para ter o direito de ir, vir e intervir socialmente preservado, pois quando não se é alfabetizado não consegue nem mesmo pegar uma condução sem necessitar do auxílio de outro que domina a leitura e a escrita (do mundo e do código), muito menos de buscar direitos e exercer deveres. Por isso, o sujeito que não sabe ler tem sua inserção social negada, é excluído.

3 Alfabetizar, letrar e incluir

O ato de ler é inclusivo. Determina uma condição única ao sujeito - de reconhecer as linguagens ditas na sociedade e, considerando que nossa sociedade é grafocêntrica, a possibilidade de ler os dizeres do mundo. Permite ao sujeito a condição de se apropriar de conhecimentos que servirão para melhorar a qualidade de vida. Alfabetizar uma criança, um jovem ou um adulto, na condição pós-moderna, significa torná-lo competente para utilizar os recursos da escrita e da leitura em sua prática social de forma abrangente e expansiva.

Em uma sociedade como a atual, na qual os recursos tecnológicos estreitaram as fronteiras e permitiram a aproximação do outro em seus aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, a condição de ser letrado é a condição mínima para se pensar em educação denominada inclusiva, pois:

[...] os atos, as práticas, as modalidades e as circunstâncias de leitura e de escrita não estão veiculados (apenas) às instituições escolares e aos seus processos pedagógicos, mas seus usos e às suas práticas, tais como exigem as diversas dinâmicas, circunstâncias e os mais diferentes contextos do mundo social e cultural (LACERDA, 2010, p. 1).

Dominar habilidades como: ler jornais, redigir ofícios, interpretar obras literárias reconhecendo valores e estética, utilizar computadores, telefones móveis, saber acessar a internet, identificar placas e símbolos são exigências marcantes no meio da sociedade e todas essas habilidades podem ser desenvolvidas já desde a alfabetização.

Sabe-se que tal prática não é tão fácil de ser executada, porém é neste quadro de obstáculos e dificuldades que as TIC apresentam-se como recursos valiosos e precisos nos atendimentos às especificidades dos sujeitos.

Compreende-se que as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) participam de maneira intensa das realidades sociais e estão presentes desde as grandes empresas, instituições públicas até em nossas casas. Elas permitem acesso ao conhecimento, permitem combinar diferentes conteúdos e utilizar diferentes métodos, técnicas e instrumentos de aprendizagem.

Integrando diferentes instrumentos de divulgação do conhecimento (vídeos, sons, textos, etc.) as TIC favorecem uma aprendizagem significativa e coerente com a realidade das crianças. Enquanto fomentadoras de oportunidades, se convertem em um dos princípios da democracia, uma vez que promovem uma revolução informacional, que conduz nossa sociedade para o enredamento das práticas comunicativas e organizacionais. (BRANCO, MATSUZAKI, 2009.)

Em uma sociedade democrática, espera-se que todos os indivíduos estejam devidamente preparados para o manuseio do maior número de linguagens que fazem circular a cultura. Mas, nem sempre isso ocorre especialmente em países onde a desigualdade é marcante. É o caso do Brasil, onde as informações via internet sofrem restrições e a acessibilidade é mais prejudicada nas classes de menor prestígio.

Metaforicamente falando, conforme a classe social do indivíduo e a região onde ele habita, aqueles vastos e velozes oceanos transformam-se em mares e vão se estreitando até se transformarem em rios, lagoas, ribeirões, riachos, fios d'água, meras poças d'água... ou, então, o que vale para determinadas regiões miseráveis brasileiras, como leitos secos onde não existe "água" informacional nenhuma, nem impressa e

muito menos virtual. Daí a necessidade de que as discussões sobre as leituras das informações disponibilizadas pela Internet voltem-se, também, para uma dimensão fundamental do projeto de cidadania, que é a *formação* - e não o simples “adestramento” - de sujeitos com condições objetivas para satisfazer as suas necessidades informacionais e participar dignamente dos destinos da sociedade (SILVA, 2004, p. 14).

É verdade que muitos investimentos têm sido feitos nas escolas para melhorias das práticas educativas como: aquisição de mesas educacionais, laboratórios de informática, capacitações para professores se aperfeiçoarem na linguagem tecnológica, programas de financiamento de recursos de mídias, (PDE Escola) TV escola, oportunizando a modernização das práticas pedagógicas e conseqüentemente, a ressignificação do momento de ensino aprendizagem em um espaço de prazer e conquistas. No entanto, há que se perguntar: Está a escola (gestores e professores, principalmente) preparada para enfrentar a velocidade com que ocorrem as informações em diferentes contextos? Parece-nos que, ressalvadas algumas exceções, os professores responsáveis pelo processo inclusivo e, neste caso, pela inclusão digital, sofrem de “tecnofobia”⁴ - recusam qualquer tecnologia de natureza elétrica ou eletrônica.

4 As tecnologias de informação e comunicação e a oportunidade de uma docência inclusiva

A prática educativa de um professor que se preocupa em atender os estudantes em suas peculiaridades precisa ser inclusiva, divertida, significativa. Precisa estar integrada aos interesses dos educandos. Por isso, a docência que se pretende inclusiva deve adotar os novos instrumentos tecnológicos, seja como motivadores para um ensino aprendizagem mais divertido e atrativo ou como instrumento que permita a simples efetivação de uma atividade, como no caso de um portador de baixa visão que precisa de um televisor de 30 polegadas para visualizar os ícones do programa que está utilizando na sala de recursos da escola.

Agir diferente com os diferentes e não com diferença é um comportamento que deve ser interiorizado pelo professor que deseja uma educação multicultural, que valorize as diversidades. O professor deve aprender a ler e a escrever as diferentes

⁴ O conceito do termo “tecnofobia” foi retirado do capítulo *Leitura no mundo virtual: alguns problemas*, de Ezequiel Theodoro da Silva, publicado no livro “A leitura nos oceanos da internet”, organizado pelo mesmo autor.

linguagens e as diversas técnicas de informação e de comunicação, assim como as distintas representações usadas nas diversas tecnologias.

A atividade docente, então, deve estabelecer relação entre os conteúdos ensinados, como são ensinados e para que são ensinados, tendo como objetivo, o desenvolvimento de atividades que integrem as TIC com as expectativas e necessidades dos educandos.

Educar incluindo é um dos desafios que se apresentam aos docentes, principalmente os alfabetizadores, uma vez que precisam tornar o ato da leitura e da escrita uma realidade da prática social.

Assim, ao utilizar recursos tecnológicos disponíveis no contexto social e escolar o educador terá novos recursos para auxiliá-lo na tarefa de tornar a sua prática pedagógica interativa e inclusiva. Para tanto, ele pode realizar algumas atividades como:

- Utilizar o laboratório de informática da escola como espaço interativo de construção de conhecimento.
- Permitir que os estudantes tenham acesso à internet.
- Possibilitar aos educandos o uso de softwares educativos.
- Realizar projetos que incluam os recursos tecnológicos em suas aulas.
- Valorizar os saberes dos estudantes oportunizando aos mesmos, sugestões de sites que possam ser acessados para jogos educativos, atividades lúdicas.

Ao valorizar o conhecimento dos estudantes, permitindo que os mesmos sejam protagonistas das atividades didáticas, valorizando os conhecimentos tecnológicos destes, estará colocando as tecnologias como aliadas para facilitar o seu trabalho docente. “Deve usá-las no sentido cultural, científico e tecnológico, de modo que os alunos adquiram condições de enfrentar os problemas e buscar soluções para viver no mundo contemporâneo” (HAMZE, 2014, p.1).

O professor deve buscar sempre um ambiente de aprendizagem e que um ambiente de aprendizagem “não pode se transformar em mero transmissor de informações, mas, na efetivação da comunicação e construção colaborativa do conhecimento” (HAMZE, 2014, p.1). Este ambiente de aprendizagem deve ser interativo, deve favorecer:

[...] a representação de ideias, a construção do conhecimento, a troca de informações, experiências, aprendizagem significativa e prazerosa, tendo como pano-de-fundo o desenvolvimento de projetos e o estudo de situações do cotidiano (OLIVEIRA, 2014, p.1).

Utilizar as TIC na escola oportuniza aos professores e estudantes a possibilidade da troca de experiências, da reelaboração de ideias, de expressar os pensamentos, valores e costumes. O processo ensino aprendizagem “ultrapassa as paredes da sala de aula e da escola, integrando-se à comunidade que a cerca, à sociedade da informação e a outros espaços produtores de conhecimento” (OLIVEIRA, 2014, p.1).

Ao usar as TIC para aproximar o objeto do estudo escolar da vida cotidiana, o professor é ator e autor de uma docência inclusiva e, gradativamente, desperta no educando o prazer pela leitura e escrita como representação de seu pensamento e interpretação do mundo, viabilizando a constituição de uma sociedade de leitores e escritores. O professor também, nesta dinâmica, faz uso de recursos tecnológicos para superar sua posição de mero transmissor de informações a mediador do processo de construção do conhecimento; de detentor do saber a de aprendiz ativo, crítico e criativo.

A escola, nesta perspectiva, poderá deixar de ser reprodutora das desigualdades sociais para ser fomentadora de práticas docentes viabilizadoras da equanimidade. Para tanto, inicialmente, seu currículo deverá expressar esta nova postura sendo também inclusivo e democrático.

5 Alfabetização, currículo inclusivo e uso das TIC

A escola precisa tornar-se um ambiente de seu tempo para cumprir com sua função de ensinar os conhecimentos acumulados pela humanidade às gerações mais novas. A sociedade contemporânea é a sociedade da informação, da sociedade em rede, da circulação rápida do conhecimento, da globalização, do uso das tecnologias de informação e comunicação, da convergência digital. A nova ordem é acompanhar esse processo de produção e desenvolvimento tecnológico, buscando o saber onde ele está e tendo a capacidade de selecionar os conhecimentos prioritários para uma vida com melhor qualidade e conquista da cidadania.

Os profissionais da educação precisam conscientizar-se de que o processo de ensino aprendizagem precisa ser conduzido de uma forma diferente da que vinha sendo

até o final do Século XX; precisam desenvolver competências para trabalhar com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação, bem como acompanhar a crescente velocidade com que novos mecanismos tecnológicos são criados; desenvolver o planejamento do processo ensino-aprendizagem e das atividades didático-metodológicas, contemplando os avanços e transformações do contexto atual.

Nessa perspectiva, o currículo que “é considerado um artefato social e cultural, [...] que não é um elemento transcendente e atemporal, que tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (MOREIRA, SILVA, 2002, p. 8) precisa ser ressignificado, reconstruído e replanejado de maneira que atenda às diversidades presentes na escola.

Este currículo precisa estar a favor de um conhecimento que liberta das ideologias dominantes, que dê voz às classes menos favorecidas e em nosso caso, às pessoas que por um motivo ou outro, são consideradas diferentes ou pertencentes a uma minoria.

As diretrizes que nortearão o currículo de uma escola que pretende ser inclusiva deve se organizar em torno de uma proposta multicultural. Nesta proposta, o outro deve ser tratado como sujeito dinâmico, ativo, que não deve somente ser tolerado, mas, acima de tudo, compreendido.

A prática docente desenvolvida nesta escola deve estimular a construção do conhecimento significativo por meio de atividades metodológicas que utilizem as TIC, não como instrumentos ilustrativos das aulas, mas, como uma maneira de favorecer a construção do conhecimento.

Desta forma, deve-se não apenas favorecer o desenvolvimento de competências específicas de cada uma das disciplinas do currículo, mas orientar esta sociedade que se organiza, tendo em vista a necessidade de desenvolver competências para gestão das TIC com consciência cidadã (FIGUEIREDO; SILVA, 2014).

E neste movimento de interação de conhecimentos em prol de uma educação inclusiva, onde o currículo expressará os valores, os conteúdos, as práticas docentes, o caminhar da escola, destacamos a importância da alfabetização enquanto processo de conquista da cidadania.

Ao dominar a leitura e a escrita os sujeitos poderão compreender a linguagem do mundo em que vivem. Saberão entender os discursos e suas mensagens ocultas. Poderão reconhecer estratégias de dominação pela linguagem e se defenderem das formas de

opressão. Isto é ser cidadão. Saber lutar pelos direitos de maneira legítima, com a propriedade de saber o que falar, escrever e fazer.

E como as TIC podem favorecer esse processo de conquista da cidadania que, por sua vez é inclusivo? Oportunizando aos sujeitos aprendentes o acesso às informações em tempo real; dinamizando as aulas e aumentando as pesquisas orientadas, tornando as atividades escolares mais atrativas; ressignificando a relação professor-aluno, que deixa de ser vertical e assume uma organização horizontal, de duas vias, em que o professor é um facilitador e muitas vezes o sujeito que aprende, uma vez que teve que aprender a lidar com as novas tecnologias e os educandos já nasceram neste meio.

A escola, em seu currículo, deve inserir práticas pedagógicas que valorizem os diversos recursos tecnológicos e fomentar sua utilização para que seu espaço de aprendizagem seja significativo, participativo e prazeroso.

Os professores alfabetizadores, incorporando tais procedimentos em suas práticas docentes, oportunizarão aos educandos o contato com diferentes, atrativos e diversos tipos de textos, uma vez que a internet é um campo imenso de gêneros textuais a espera de serem explorados, aprendidos e socializados.

Assim, alfabetizar com as TIC significa ensinar os dizeres do mundo contemporâneo, inserindo os sujeitos no contexto sociocultural digital, permitindo-lhes o uso social da escrita e da leitura em tempos atuais e significativos. Isto é ensinar a ler o mundo, a entender o mundo, a agir no e sobre o mundo, transformando-o em um lugar mais justo, mais solidário e inclusivo.

6 Considerações finais

A escola precisa ser um espaço de construção do conhecimento para a conquista da cidadania. Ela só conseguirá concretizar tal desafio se oportunizar aos professores e educandos a ressignificação de seu fazer pedagógico, redefinido os procedimentos de ensinar e aprender.

A inserção de práticas inclusivas no currículo, utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação nas atividades didático-metodológicas desenvolvidas pelos

professores deve ser um dos objetivos contemplados pela escola que pretende ser inclusiva, multicultural e democrática.

Com o uso das TIC o processo de ensino aprendizagem se torna atual, a escola atende às exigências do seu tempo (tempo de transformações rápidas, tempo de “aprender a aprender”, de aprender a fazer, de aprender a ser e de aprender a conviver) e os sujeitos adquirem autonomia no processo de construção do conhecimento, tornando-se agentes conscientes no meio em que vivem.

Há que se pensar nas necessidades de transposição das barreiras, sejam elas de que natureza for. Se social, exclusiva, digital, letrada, pouco importa. Este complexo mosaico de dificuldades deve ser pensado, refletido e equacionado para que os sujeitos aprendentes possam se sentir culturalmente incluídos, livres e com autonomia para buscar a produção subjetiva e objetiva.

A alfabetização ganha destaque na busca por uma educação inclusiva já que, adquirindo a capacidade de ler, escrever e utilizar tais habilidades na sociedade os sujeitos interagem com o mundo, podendo transformá-lo. Se esse processo de aquisição de leitura e escrita se desenvolve mediatizado pelas TIC, mais competentes serão os sujeitos para compreenderem a linguagem que circula no contexto sociocultural em que vivem hoje.

Literacy and communication and information technologies for curriculum inclusive and democratic

Abstract

Literacy today is understood beyond the stage of schooling in which subjects appropriate the knowledge of reading and writing and become competent to use them in daily life, reading the world around. However, it is still common in academic debates in the area of education theme, because it is perceived school failure of students taken as literate regarding the ability to use knowledge learned in this educational stage. This scenario highlights the question whether the methodology and resources used by most teachers of literacy are not meeting the need for developing critical readers and writers and participatory, facing the world of Information Technology and Communication (ICT), which organized large part of our society activities. Repetitive, mechanical educational practices, restricted social application and no meaning for the students have generated automated learning skills and decontextualized current social demands. This learning does not allow the development of critical people, able to fight the ideological discourses of the ruling classes. ICTs emerge as a means to boost literacy practice, bringing this reality to the school context. Thus, this paper seeks to reflect on how ICT can contribute to a democratic literacy teaching practice, to transform literacy in a time of learning skills and competencies necessary for the student to be considered a literate subject and agent in their sociocultural environment.

Keywords: *Literacy. Information and communication technologies. Inclusion. Curriculum.*

Tecnologías de alfabetización y de información y comunicación para el currículo democrático e inclusivo

Resumen

Alfabetización hoy se entiende más allá de la etapa de escolarización en la que somete su caso, el conocimiento de la lectura y la escritura y ser competente para utilizarlas en la vida diaria, la lectura del mundo que los rodea. Sin embargo, todavía es común en los debates académicos en el área de la tema de la educación, porque se percibe el fracaso escolar de los estudiantes tomados como letrado en relación con la capacidad de utilizar el conocimiento aprendido en esta etapa educativa. Este escenario pone de relieve la cuestión de si la metodología y los recursos utilizados por la mayoría de los profesores de alfabetización no están cumpliendo con la necesidad de que el desarrollo de lectores y escritores críticos y participativos, frente al mundo de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), que organizó gran parte de nuestras actividades de la sociedad. , Las prácticas educativas mecánicas, aplicación social restringido y repetitivo ningún significado para los estudiantes han generado habilidades de aprendizaje automatizado y demandas sociales actuales descontextualizadas. Este aprendizaje no permite el desarrollo de personas críticas, capaces de luchar contra los discursos ideológicos de las clases dominantes. TIC emergen como un medio para impulsar la práctica de la alfabetización, con lo que esta realidad al contexto escolar. Por lo tanto, este trabajo busca reflexionar sobre cómo las TIC pueden contribuir a una práctica de alfabetización democrática, para transformar la alfabetización en un tiempo de aprendizaje de habilidades y competencias necesarias para el estudiante para ser considerado un sujeto alfabetizado y el agente en su entorno sociocultural.

Palabras clave: Alfabetización. Tecnologías de información y comunicación. Inclusión. Currículo.

Referências

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do; UCHÔA, Luciana Fabiano dos Santos; UCHÔA; Márcelio Rodrigues. Multiculturalismo, discriminação e inclusão social na Amazônia. In: AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do (Org.). **Multiculturalismo na Amazônia: o singular e o plural em reflexões e ações**. Curitiba: Editora CRV, 2009. p. 175-189.

BRANCO, Cláudia Castelo; MATSUZAKI Luciano Yoshio. (Orgs.) **Olhares da rede**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2000.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione, 1998. 258 p.

DAYRELL, Juarez. (Org.) **Múltiplos Olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

FALEIRO, Kattieli Gerhardt. **Projeto: a diversidade no mundo atual**. Disponível em: <<http://scribd.com/doc/15021651/Projeto-Diversidade-No-Mundo-Atual>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

FIGUEIREDO, Lílían Kelly de Almeida; SILVA, Ivanderson Pereira da. **As tics no currículo escolar: a contrapartida escolar**. Disponível em: <<http/Erro! A referência de hiperlink não é válida>>. em 03/02/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HAMZE, Amélia. **As Tic's na prática pedagógica**. Disponível em:

<<http://educador.brasilecola.com>>. Acesso em 16/07/2014.

LACERDA, Lilian. **Alfabetização e letramento: condições de inclusão social(?)**. São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br>>. Acesso em: 13/05/2010.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Cultura, currículo e sociedade**. Trad. Maria Aparecida Baptista. 7.ed.São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Carla. **O uso das Tic's na educação e suas reflexões**. Disponível em:

<<http://artigos.netsaber.com.br>>. Acesso em 21/12/2014.

REGO, Lúcia Lins Browne. **Alfabetização e letramento: refletindo sobre as atuais controvérsias**. Disponível em: <<http://scribd.com/doc/15021651/Projeto-Diversidade-No-Mundo-Atual>> Acesso em: 10 de junho de 2014.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura no mundo virtual: alguns problemas*. In:

SILVA, Ezequiel Theodoro da. (Org.) **A Leitura nos Oceanos da Internet**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Unidades de Leitura**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Rev. Brasileira de Educação. Jan/Fev./Mar/Abr. 2004; nº 25:5-17.

Artigo recebido e avaliado em novembro de 2014.